



TESOURO NACIONAL

RTN
2022
março

Publicado em
28/04/2022

Resultado do Tesouro Nacional



Resultado Fiscal do Governo Central

*Resultado Primário do Governo Central
Brasil – 2021/2022 – Valores Nominais*

Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2021/2022								
Discriminação	Jan-Mar		Variação (2022/2021)		Março		Variação (2022/2021)	
	2021	2022	% Nominal	% Real (IPCA)	2021	2022	% Nominal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	453.805	570.704	25,8%	13,6%	141.886	169.291	19,3%	7,2%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	84.643	110.432	30,5%	17,9%	23.674	28.860	21,9%	9,5%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	369.163	460.271	24,7%	12,7%	118.212	140.430	18,8%	6,7%
IV. DESPESA TOTAL	344.957	410.645	19,0%	7,4%	116.173	146.735	26,3%	13,5%
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	24.205	49.627	105,0%	86,0%	2.039	-6.304	-	-
Tesouro Nacional	81.439	105.109	29,1%	17,1%	22.126	13.913	-37,1%	-43,5%
Banco Central	-113	9	-	-	-40	-54	34,9%	21,2%
Previdência Social (RGPS)	-57.121	-55.491	-2,9%	-12,3%	-20.047	-20.162	0,6%	-9,6%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	1,2%	2,2%	-	-	0,3%	-0,8%	-	-

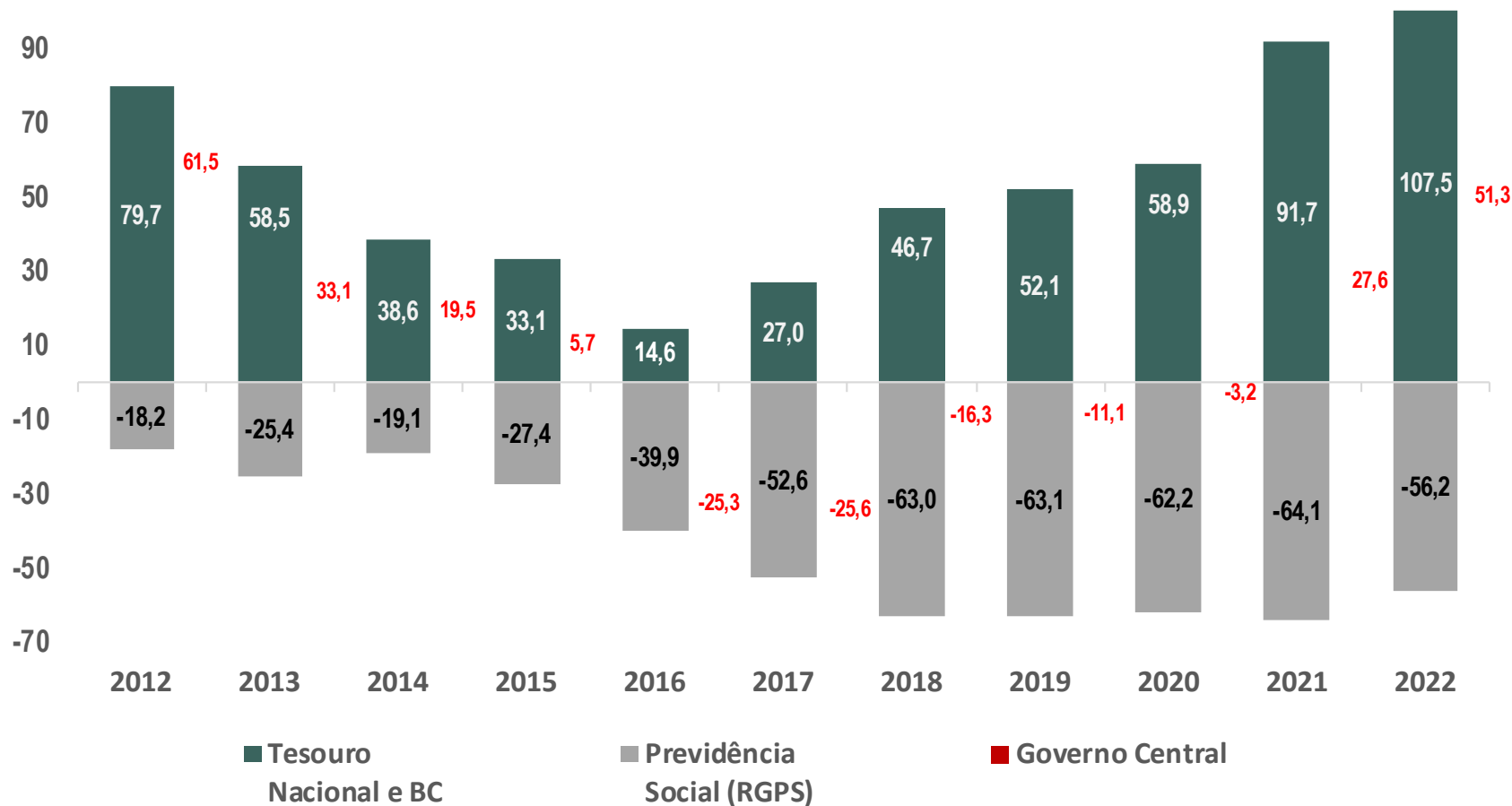
Memorando:

Resultado do Tesouro Nacional e Banco Central	81.326	105.118	29,3%	17,2%	22.086	13.858	-37,3%	-43,6%
---	--------	---------	-------	-------	--------	--------	--------	--------

Em **março de 2022**, houve **déficit primário de R\$ 6,3 bilhões**, frente a superávit de **R\$ 2,0 bilhões em março de 2021** (valores nominais).

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central – Resultado acumulado no ano – Componentes
Brasil – 2012/2022 – R\$ Bilhões – A preços de mar/22– IPCA



No primeiro trimestre de 2022, a **Previdência Social (RGPS)** registrou **déficit de R\$ 56,2 bilhões** (a preços de mar/22), enquanto o **Tesouro Nacional e o Banco Central** apresentaram **superávit de R\$ 107,5 bilhões**.

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central – Acumulado em 12 meses

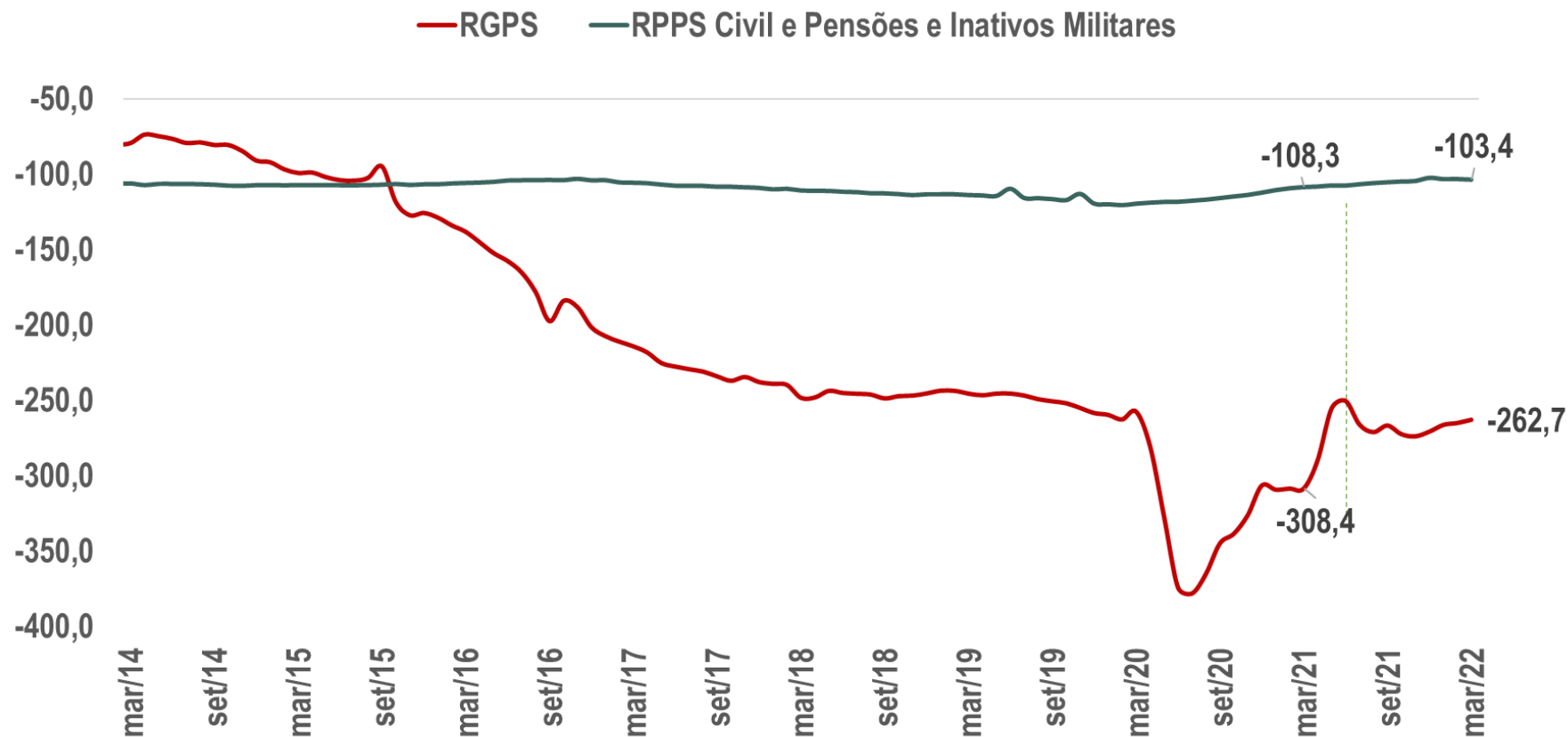
Brasil – 2012/2022 – R\$ Bilhões – A preços de mar/22– IPCA



O **resultado primário do Governo Central** acumulado em 12 meses (até mar/2022) foi de **déficit de R\$ 15,5 bilhões**, equivalente a **0,17% do PIB**.

Evolução do Resultado do RGPS, RPPS Civil, e Pensões/Inativos Militares

Comparativo dos Resultados: RGPS x RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares* Acumulado em 12 meses – Brasil – 2014/2022 – R\$ Bilhões – A preços de mar/22- IPCA



* Inclui FCDF.

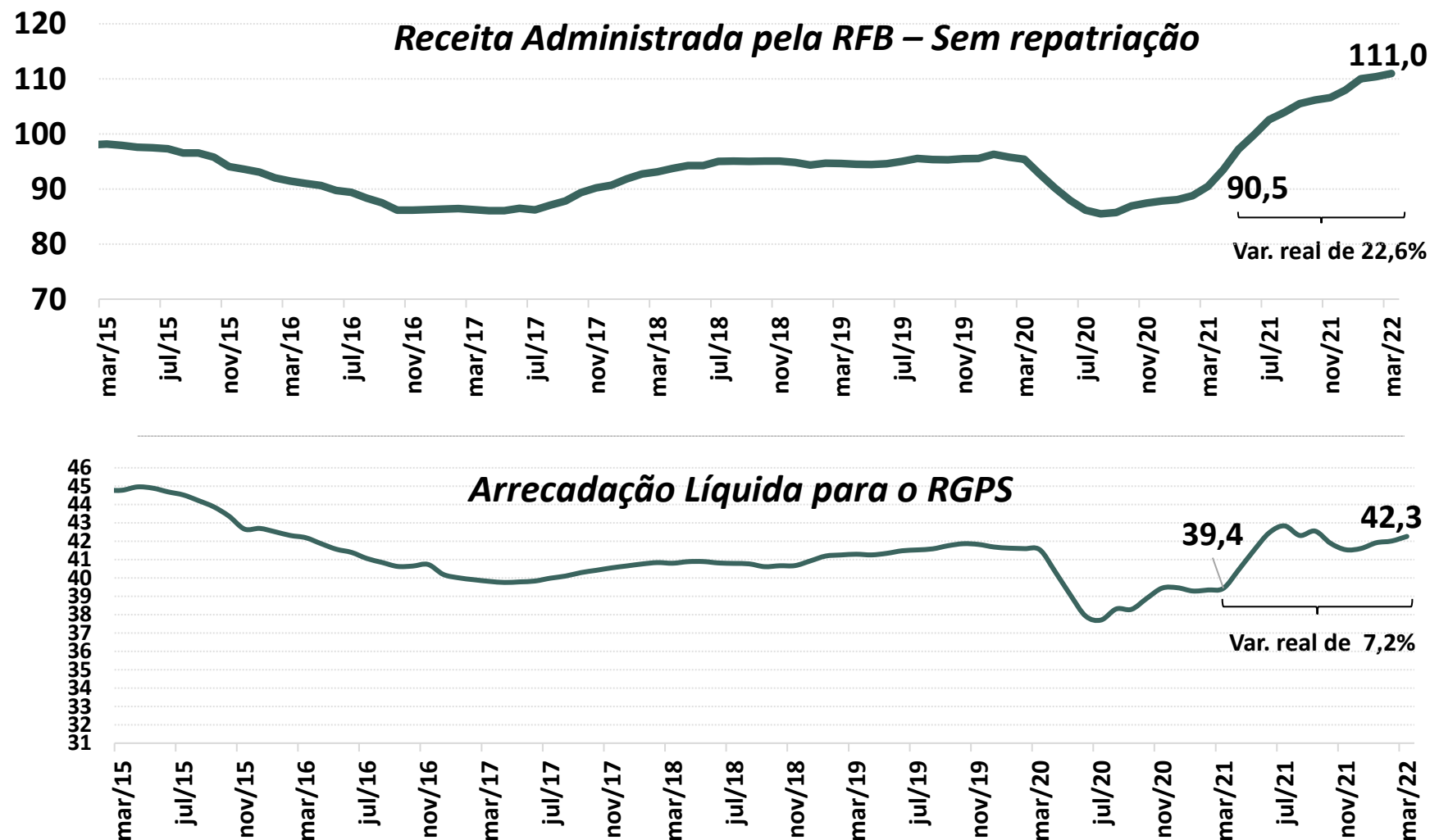
Total do déficit
**RGPS + RPPS Civil e
Pensões/Inativos
Militares = R\$ 366,1
bilhões (3,9% do PIB)** no
Governo Central no
acumulado em 12 meses
até março de 2022, a
preços de mar/2022 –
IPCA.

A redução do déficit do
RGPS entre mar/21 e
mar/22 em R\$ 45,7 bi
deveu-se ao efeito
conjunto da redução em
R\$ 11,8 bi dos benefícios
previdenciários e da
elevação de R\$ 33,9 bi da
arrecadação líquida do
RGPS.

Receitas do Governo Central

Receita Administrada e Arrecadação Líquida para o RGPS

Média Móvel Mensal (12 meses) – R\$ Bilhões – A preços de mar/22- IPCA



A média móvel em 12 meses da **Receita Administrada pela RFB** apresentou elevação real de **22,6%** em relação a março de 2021, enquanto a variação registrada pela **arrecadação líquida para o RGPS** foi de **7,2%**.

Receitas do Governo Central

Resultado do Mês em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Brasil – Anual – 2021/2022 – A preços de mar/22 - IPCA – R\$ Milhões

R\$ milhões

Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2021/2022				
Discriminação	Março		Variação	
	2021	2022	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	157.918,4	169.290,6	11.372,1	7,2%
I.1 Receita Administrada pela RFB	101.646,7	108.762,1	7.115,4	7,0%
Imposto de Importação	6.779,3	5.164,6	-1.614,7	-23,8%
IPI	7.299,8	6.051,6	-1.248,3	-17,1%
Imposto sobre a Renda	42.448,7	49.992,5	7.543,8	17,8%
IOF	3.741,9	4.150,6	408,7	10,9%
COFINS	23.938,4	21.983,4	-1.955,1	-8,2%
PIS/PASEP	6.805,9	7.350,2	544,3	8,0%
CSLL	8.522,2	10.935,3	2.413,1	28,3%
CIDE Combustíveis	206,9	392,0	185,2	89,5%
Outras	1.903,5	2.742,0	838,4	44,0%
I.2 Incentivos Fiscais	-37,7	0,0	37,7	-100,0%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	38.384,0	41.389,7	3.005,7	7,8%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	17.925,3	19.138,7	1.213,4	6,8%
Concessões e Permissões	206,9	202,5	-4,4	-2,1%
Dividendos e Participações	927,4	1.483,4	556,0	60,0%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.520,4	1.328,9	-191,5	-12,6%
Exploração de Recursos Naturais	4.243,2	5.354,0	1.110,8	26,2%
Receitas Próprias e de Convênios	1.531,7	1.774,9	243,2	15,9%
Contribuição do Salário Educação	1.961,0	2.056,2	95,2	4,9%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	0,0	0,0	-
Demais Receitas	7.534,7	6.938,7	-596,0	-7,9%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	26.349,4	28.860,1	2.510,7	9,5%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	131.569,0	140.430,5	8.861,5	6,7%

Em **março de 2022**, a **receita total** apresentou **elevação de R\$ 11,4 bilhões (7,2%) em termos reais**, em relação a março de 2021.

Essa variação decorre do efeito conjunto de:

- elevação de R\$ 7,1 bilhões na receita administrada pela RFB;
- crescimento de R\$ 1,2 bilhão nas receitas não administradas; e
- aumento de R\$ 3,0 bilhões na arrecadação líquida para o RGPS.

A receita líquida apresentou elevação de R\$ 8,9 bilhões (6,7%) em termos reais frente a março de 2021.

Receitas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2021/2022 – A preços de mar/22 - IPCA – R\$ Milhões

R\$ milhões

Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2021/2022				
Discriminação	Jan-Mar		Variação	
	2021	2022	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	510.067,6	579.632,7	69.565,2	13,6%
I.1 Receita Administrada pela RFB	340.383,0	376.253,8	35.870,8	10,5%
Imposto de Importação	17.825,4	15.296,7	-2.528,7	-14,2%
IPI	19.221,0	18.301,0	-920,0	-4,8%
Imposto sobre a Renda	152.756,8	178.835,3	26.078,6	17,1%
IOF	10.024,7	13.618,6	3.593,9	35,9%
COFINS	74.891,2	68.426,8	-6.464,4	-8,6%
PIS/PASEP	21.456,5	21.185,7	-270,9	-1,3%
CSLL	37.040,4	52.920,9	15.880,5	42,9%
CIDE Combustíveis	291,5	842,2	550,6	188,9%
Outras	6.875,4	6.826,5	-48,9	-0,7%
I.2 Incentivos Fiscais	-37,7	0,0	37,7	-100,0%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	114.660,6	122.509,2	7.848,6	6,8%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	55.061,7	80.869,8	25.808,1	46,9%
Concessões e Permissões	1.032,5	12.453,1	11.420,5	-
Dividendos e Participações	2.007,0	5.136,6	3.129,6	155,9%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	4.591,4	4.025,5	-565,9	-12,3%
Exploração de Recursos Naturais	18.682,2	29.815,1	11.132,8	59,6%
Receitas Próprias e de Convênios	4.487,2	5.002,6	515,4	11,5%
Contribuição do Salário Educação	6.192,9	6.332,3	139,4	2,3%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	0,0	0,0	-
Demais Receitas	18.068,4	18.104,7	36,3	0,2%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	95.090,5	112.094,8	17.004,3	17,9%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	414.977,1	467.538,0	52.560,9	12,7%

No 1º trimestre de 2022, a **receita total apresentou elevação de R\$ 69,6 bilhões (13,6%) em termos reais**, em relação ao 1º trimestre de 2021.

Essa variação decorre do efeito conjunto da:

- elevação de R\$ 35,9 bilhões na receita administrada pela RFB;

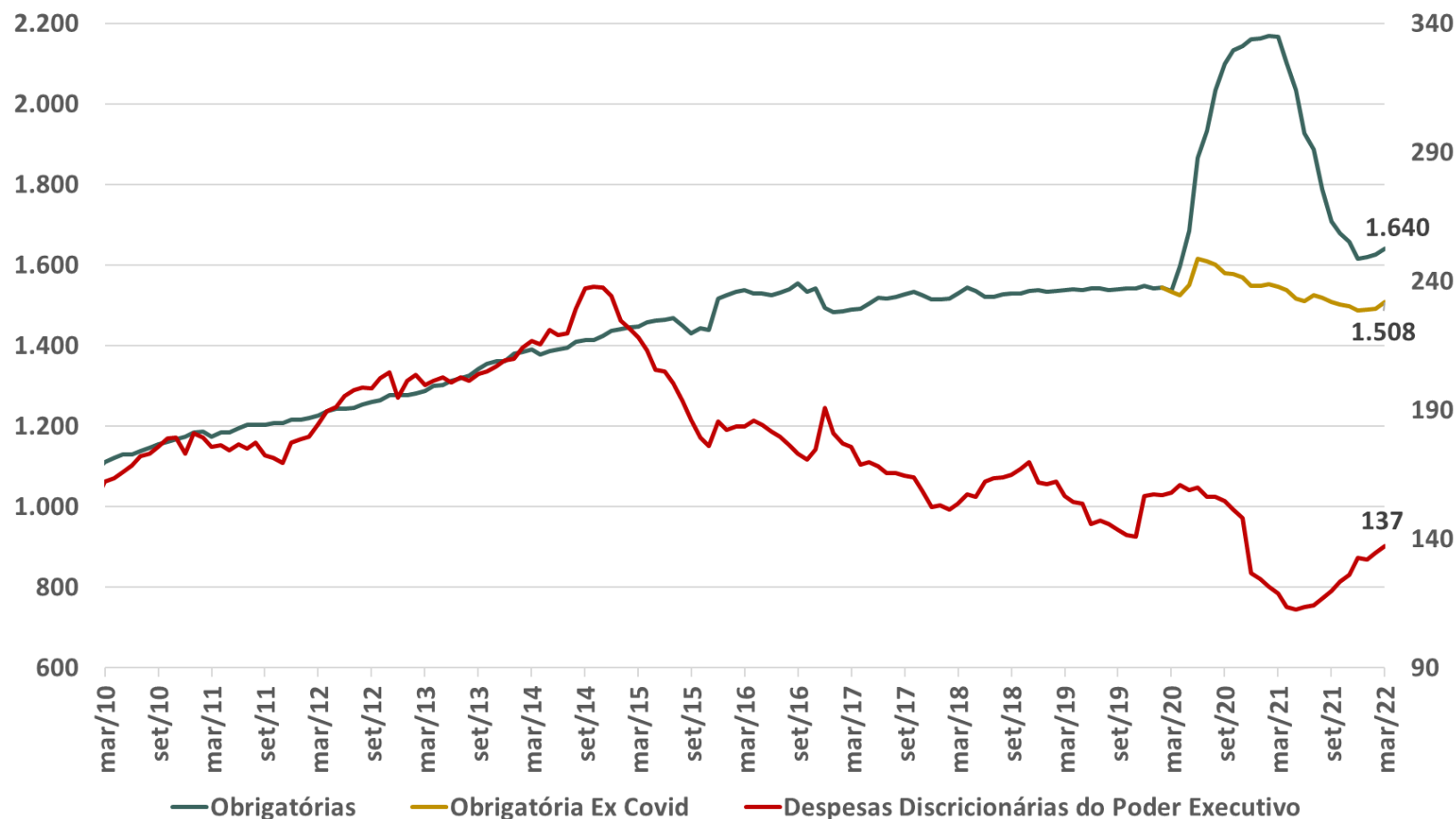
- crescimento de R\$ 25,8 bilhões nas receitas não administradas; e

- aumento de R\$ 7,8 bilhões na arrecadação líquida para o RGPS.

A receita líquida apresentou elevação de R\$ 52,6 bilhões (12,7%) em termos reais frente ao acumulado de 2021.

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas do Governo Central – Acumulado 12 meses
Brasil - 2010 a 2022: R\$ Bilhões – A preços de mar/22- IPCA*



Importante destacar que as despesas referentes às políticas de combate à COVID-19 serão classificadas majoritariamente como obrigatórias. Essa classificação decorre do fato de que as despesas executadas via crédito extraordinário, mesmo que discricionárias, acabam ganhando status de despesa obrigatória, haja vista seu caráter emergencial.

Excluídos os **R\$ 132,2 bilhões** de despesas em resposta à **crise COVID-19**, as despesas obrigatórias acumuladas em 12 meses (a preços de mar/22) apresentam trajetória estável.

* Desconsidera a capitalização Petrobrás realizada em setembro de 2010 e o pagamento à Petrobrás referente cessão onerosa de novembro de 2019.

Despesas do Governo Central

Resultado do Mês em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Brasil – Anual – 2021/2022 – A preços de mar/22 - IPCA – R\$ Milhões

R\$ milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil -2021/2022				
Discriminação	Março		Variação	
	2021	2022	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	129.299,8	146.734,6	17.434,9	13,5%
IV.1 Benefícios Previdenciários	60.696,1	61.552,1	856,0	1,4%
Benefícios Previdenciários - Urbano	48.315,3	49.085,5	770,2	1,6%
Benefícios Previdenciários - Rural	12.380,7	12.466,6	85,8	0,7%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	27.388,8	25.170,7	-2.218,1	-8,1%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	195,2	221,1	25,9	13,3%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	20.628,6	32.002,7	11.374,1	55,1%
Abono e Seguro Desemprego	4.420,7	16.008,2	11.587,5	262,1%
Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	6.315,4	6.456,4	141,0	2,2%
Créditos Extraordinários	5.731,9	4.721,0	-1.010,9	-17,6%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	542,6	441,2	-101,4	-18,7%
Fundeb - Complementação da União	1.243,1	1.847,6	604,6	48,6%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.002,5	1.150,1	147,6	14,7%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	369,9	332,3	-37,5	-10,1%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	212,2	276,1	63,8	30,1%
Subsídios, Subvenções e Proagro	61,2	147,6	86,4	141,2%
Impacto Primário do FIES	301,9	226,7	-75,1	-24,9%
Demais	427,4	395,4	-31,9	-7,5%
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	20.586,3	28.009,1	7.422,8	36,1%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	14.061,1	18.657,6	4.596,5	32,7%
Discrecionárias	6.525,2	9.351,5	2.826,4	43,3%
Memorando:				
Custeio Administrativo	4.134,8	4.195,2	60,4	1,5%
Investimento	1.585,0	4.704,1	3.119,1	196,8%

Em março de 2022 contra mesmo mês de 2021, a **despesa total sofreu elevação de R\$ 17,4 bilhões (13,5%)** em termos reais. As principais variações foram:

- Abono e Seg. Desemprego (+ R\$ 11,6 bi);

- Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira (+ R\$ 7,4 bi);

- Pessoal e Encargos Sociais (+ R\$ -2,2 bi);

Despesas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2021/2022 – A preços de mar/22 - IPCA – R\$ Milhões

R\$ milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil -2021/2022				
Discriminação	Jan-Mar		Variação	
	2021	2022	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	387.386,9	416.219,5	28.832,6	7,4%
IV.1 Benefícios Previdenciários	178.797,9	178.736,9	-60,9	0,0%
Benefícios Previdenciários - Urbano	142.048,1	141.942,8	-105,3	-0,1%
Benefícios Previdenciários - Rural	36.749,8	36.794,2	44,4	0,1%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	86.189,6	79.214,4	-6.975,2	-8,1%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	488,0	493,6	5,6	1,2%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	68.137,6	84.861,7	16.724,1	24,5%
Abono e Seguro Desemprego	22.535,5	33.468,0	10.932,5	48,5%
Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	18.645,9	18.827,8	181,9	1,0%
Créditos Extraordinários	9.096,6	11.152,2	2.055,5	22,6%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.649,6	1.564,5	-85,1	-5,2%
Fundeb - Complementação da União	6.206,7	8.638,4	2.431,7	39,2%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	2.378,1	2.634,3	256,2	10,8%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	2.100,4	1.011,1	-1.089,3	-51,9%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	641,7	591,9	-49,8	-7,8%
Subsídios, Subvenções e Proagro	2.513,0	5.094,1	2.581,1	102,7%
Impacto Primário do FIES	1.262,0	778,5	-483,5	-38,3%
Demais	1.108,2	1.100,9	-7,3	-0,7%
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	54.261,8	73.406,5	19.144,7	35,3%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	38.783,7	53.125,6	14.341,9	37,0%
Discricionárias	15.478,1	20.280,9	4.802,8	31,0%
Memorando:				
Custeio Administrativo	8.938,4	9.356,3	417,9	4,7%
Investimento	3.635,2	7.831,6	4.196,4	115,4%

No 1º trimestre de 2022 contra mesmo trimestre de 2021, a **despesa total sofreu elevação de R\$ 28,8 bilhões (7,4%) em termos reais**. As principais variações foram:

- Obrigatórias com controle de fluxo (+R\$ 14,3 bi);
- Abono e Seguro Desemprego (+ R\$ 10,9 bilhões);
- Despesas Discricionárias (+ R\$ 4,8 bilhões);
- Pessoal e Encargos Sociais (- R\$ 7,0 bilhões).

Despesas do Governo Central

relacionadas ao combate ao COVID-19¹

Brasil – 2020 à 2022 – valores nominais – R\$ Milhões



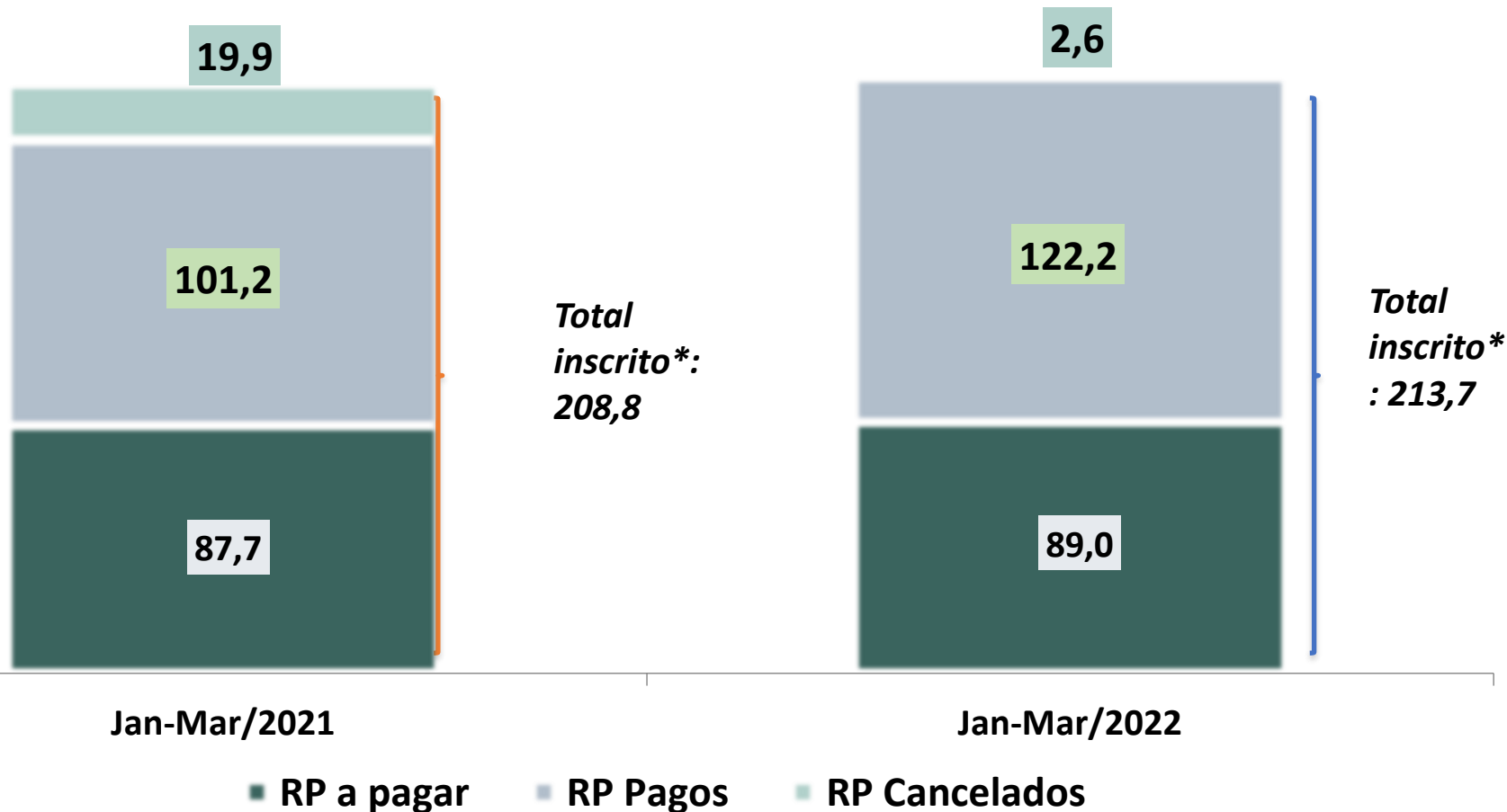
Da previsão de R\$ 30,6 bilhões de gastos para o enfrentamento ao COVID-19 em 2022, foram pagos R\$ 13,1 bilhões.

1. Para detalhamento ver: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19> e https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymos=true&sheet=SH06

Despesas do Governo Central

Execução de Restos a Pagar*

Brasil – 2021/2022 – Acumulado no ano – R\$ bilhões – Valores Correntes



O montante de **restos a pagar (RAP) pagos** (excetuados os RAP financeiros) até março de 2022 correspondeu a **R\$ 122,2 bilhões**, contra **R\$ 102,2 bilhões** no mesmo período do ano anterior.

Os **cancelamentos** em março de 2022 totalizaram **R\$ 2,6 bilhões** frente a **R\$ 19,9 bilhões** no mesmo período de 2021.

• Exclui Restos a Pagar Financeiros. Para informações adicionais ver:
<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-dos-restos-a-pagar/2022/114>

Acompanhamento do novo Regime Fiscal

Brasil – 2022 – R\$ Milhões – Preços Correntes

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão			
Discriminação	Acum. 2022	Limite atualizado EC nº 95/2016	% Executado
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	389.639	1.680.993	23,2%
II.1 Poder Executivo	374.165	1.608.277	23,3%
II.2 Poder Legislativo	2.917	14.510	20,1%
II.2.1 Câmara dos Deputados	1.411	6.970	20,2%
II.2.2 Senado Federal	1.024	5.130	20,0%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	482	2.410	20,0%
II.3 Poder Judiciário ²	10.822	49.947	21,7%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	159	745	21,4%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	358	1.752	20,4%
II.3.3 Justiça Federal	2.780	12.926	21,5%
II.3.4 Justiça Militar da União	131	630	20,8%
II.3.5 Justiça Eleitoral	1.836	8.518	21,6%
II.3.6 Justiça do Trabalho	4.794	22.035	21,8%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	727	3.113	23,3%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	37	228	16,3%
II.4. Defensoria Pública da União	133	632	21,0%
II.5 Ministério Público da União	1.603	7.626	21,0%
II.5.1 Ministério Público da União ¹	1.585	7.529	21,1%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público ¹	18	97	18,5%

Em março de 2022, as despesas sujeitas ao teto totalizaram **23,2% do limite atualizado conforme estabelecido pela EC nº 95/2016.**

1. Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de agosto de 2020.

2. Considera o acréscimo de R\$ 294,3 milhões ao limite estabelecido para 2016, para o Poder Judiciário, conforme decisão do Acórdão TCU nº 362/2020.

Acompanhamento do novo Regime Fiscal

Brasil – 2022 – R\$ Milhões – Preços Correntes

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão				
Discriminação	Jan-Mar		Variação Nominal % (b/a)	Margem de Enquadramento (PLOA)
	2021 (a)	2022 (b)		
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	329.297	389.639	18,3%	15,2%
II.1 Poder Executivo	314.167	374.165	19,1%	15,1%
II.2 Poder Legislativo	2.796	2.917	4,3%	23,9%
II.2.1 Câmara dos Deputados	1.361	1.411	3,7%	26,6%
II.2.2 Senado Federal	965	1.024	6,1%	21,5%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	469	482	2,7%	21,6%
II.3 Poder Judiciário ²	10.577	10.822	2,3%	16,2%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	151	159	5,5%	20,4%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	370	358	-3,3%	21,5%
II.3.3 Justiça Federal	2.811	2.780	-1,1%	15,8%
II.3.4 Justiça Militar da União	123	131	6,4%	18,3%
II.3.5 Justiça Eleitoral	1.753	1.836	4,7%	18,1%
II.3.6 Justiça do Trabalho	4.636	4.794	3,4%	15,9%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	697	727	4,2%	14,3%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	35	37	6,1%	-14,0%
II.4. Defensoria Pública da União	131	133	1,3%	25,1%
II.5 Ministério Público da União	1.626	1.603	-1,5%	12,5%
II.5.1 Ministério Público da União ¹	1.609	1.585	-1,5%	12,5%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público ¹	18	18	0,9%	13,5%

1. Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de agosto de 2020.

2. Considera o acréscimo de R\$ 294,3 milhões ao limite estabelecido para 2016, para o Poder Judiciário, conforme decisão do Acórdão TCU nº 362/2020.

A **margem de enquadramento** é o **percentual de crescimento nominal** em 2022, na comparação com a despesa paga em 2021, das **despesas sujeitas ao teto** que cada poder/órgão pode apresentar para **cumprir o limite da EC 95**.

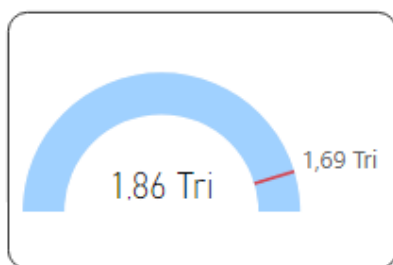
Em outras palavras, é o quanto a despesa de cada poder/órgão pode crescer de 2021 para 2022 sem que se ultrapasse o teto (base de 2016 atualizada pela inflação).

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

← mês
março de 2022

% da despesa coberta com a
receita considerada



90,62%

Margem de suficiência dos
últimos 12 meses

174,84 Bi

Denomina-se Regra de Ouro os dispositivos legais que vedam que os ingressos financeiros oriundos do endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões e amortização da dívida). Todos os valores expostos estão em bilhões de reais (R\$)

	No Mês	No Ano	12 Meses
Despesas de Capital	295,85 Bi	473,86 Bi	1.863,52 Bi
Receitas Consideradas	218,63 Bi	482,93 Bi	1.688,68 Bi
(+) Receitas de Operações de Crédito	83,17 Bi	356,44 Bi	1.804,60 Bi
(-) Variação do colchão da Dívida	-135,47 Bi	-126,49 Bi	74,35 Bi
(-) Ressalva da EC 109/2021	0	0	42 Bi
Resultado	77,22 Bi	-9,07 Bi	174,84 Bi
Ressalva Constitucional	0,00 Bi	0,00 Bi	0,00 Bi

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

Suficiência da Regra de Ouro: (Despesa de Capital – Receita com Op. de Crédito)
2008 a 2022: Acumulado em 12 meses – R\$ Bilhões – A preços correntes

Suficiência da Regra de Ouro

Representação da base móvel para o cumprimento da Regra de Ouro nos últimos 12 meses em relação ao mês de referência



No acumulado em 12 meses até março/2022, as despesas de capital superaram as receitas de operação de crédito em **R\$ 174,8 bilhões**.

O **cumprimento da Regra de Ouro** é verificado em **bases anuais** no Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

Suficiência da Regra de Ouro 2022 – R\$ Bilhões – A preços correntes

	Projeção 2022
Receitas de Operações de Crédito Consideradas (I = a - b)	1.671,5
Receitas de Operações de Crédito do Exercício (a)	1.794,7
(-) Variação da Sub-conta da Dívida (b)	123,2
Despesas de Capital (II)‡	1.686,6
Investimentos†	42,3
Inversões Financeiras†	66,6
Amortizações	1.577,7
Margem da Regra de Ouro (III = II - I)	15,1

‡ As Despesas de Capital são consideradas pela sua execução orçamentária, que corresponde às despesas liquidadas no exercício ou inscritas em restos a pagar não processados. Esses valores podem diferir de outras estatísticas fiscais onde, por exemplo, as despesas podem ser apresentadas por seus valores pagos.

† A linha Investimentos corresponde à classificação orçamentária do Grupo Natureza de Despesa (GND) = 4, e a de Inversões Financeiras corresponde ao GND = 5. Esses valores podem diferir de outras estatísticas fiscais, onde parte das Inversões Financeiras, particularmente àquelas que afetam o resultado primário, são classificadas como Investimentos.

As projeções para a margem da Regra de Ouro em 2022 apontam uma pequena suficiência, ou seja, indicam que as operações de crédito não excederão o montante das despesas de capital em 2022.

Essa projeção é factível pela possibilidade de utilização de fontes com superávit financeiro de 2021, como o resultado do Banco Central, além de fontes com previsão de ingresso em 2022, como o retorno de empréstimos do BNDES.

É necessário manter os esforços para a consolidação fiscal, pois a regra de ouro seguirá como desafio para este e para os próximos anos.

Obrigado

ascom@tesouro.gov.br

Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R\$ Milhões – Valores Correntes

	Mês	Primário	Valores Correntes		Mês	Acumulado 12 meses
			Mês	Acumulado Ano		
1º	mar/08	10.606,7	mar/22	49.626,5	mar/12	99.804,4
2º	mar/11	8.888,0	mar/12	33.402,6	mar/11	95.318,4
3º	mar/12	7.407,7	mar/08	31.186,5	mar/13	70.603,7
4º	mar/06	7.290,1	mar/11	25.489,2	mar/08	69.916,8
5º	mar/09	6.626,5	mar/21	24.205,3	mar/14	64.990,4
6º	mar/05	6.572,9	mar/13	19.018,4	mar/07	52.715,6
7º	mar/04	5.744,9	mar/07	18.920,2	mar/06	50.659,5
8º	mar/99	4.507,1	mar/04	17.270,9	mar/09	49.744,9
9º	mar/03	4.127,6	mar/05	16.966,4	mar/05	49.037,0
10º	mar/00	4.014,0	mar/03	15.132,3	mar/04	41.218,6
11º	mar/07	3.864,4	mar/06	14.952,8	mar/10	38.005,4
12º	mar/01	3.583,3	mar/14	11.849,6	mar/03	36.149,3
13º	mar/14	2.924,2	mar/02	10.560,2	mar/02	25.588,6
14º	mar/98	2.343,8	mar/09	9.493,0	mar/01	20.719,9
15º	mar/21	2.038,9	mar/10	8.062,0	mar/00	20.297,6
16º	mar/02	2.004,8	mar/00	6.971,0	mar/99	11.241,1
17º	mar/97	1.624,9	mar/99	6.837,7	mar/98	3.679,1
18º	mar/15	1.120,1	mar/01	6.708,7	mar/22	-9.646,7
19º	mar/13	-420,1	mar/15	3.678,9	mar/15	-31.653,2
20º	mar/10	-4.565,6	mar/98	3.173,5	mar/20	-88.632,5
21º	mar/22	-6.304,1	mar/97	1.295,2	mar/19	-116.638,5
22º	mar/16	-7.829,6	mar/20	-2.855,8	mar/18	-117.569,2
23º	mar/17	-11.231,4	mar/19	-9.288,0	mar/16	-142.733,7
24º	mar/19	-21.086,7	mar/18	-12.870,8	mar/17	-162.286,1
25º	mar/20	-21.130,6	mar/16	-18.552,6	mar/21	-716.193,7
26º	mar/18	-24.494,9	mar/17	-19.563,1		

Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R\$ Milhões – Valores de mar/22

R\$ Milhões - Valores de Mar/22 - IPCA						
	Mês	Primário Real (IPCA)	Mês	Acumulado Ano	Mês	Acumulado 12 meses
1º	mar/08	24.157,7	mar/08	71.427,4	mar/11	190.304,1
2º	mar/99	18.975,7	mar/12	61.502,3	mar/12	187.305,6
3º	mar/06	17.903,0	mar/22	51.318,4	mar/08	163.181,7
4º	mar/11	17.146,7	mar/11	49.645,8	mar/05	131.646,8
5º	mar/05	17.000,9	mar/04	48.311,8	mar/07	128.288,2
6º	mar/04	15.979,0	mar/07	45.384,5	mar/06	127.953,9
7º	mar/00	15.805,6	mar/03	45.302,0	mar/13	124.911,7
8º	mar/09	14.291,1	mar/05	44.176,5	mar/04	117.849,1
9º	mar/12	13.579,4	mar/06	36.843,1	mar/03	116.049,3
10º	mar/01	13.255,9	mar/02	36.507,6	mar/09	111.286,6
11º	mar/03	12.156,6	mar/13	33.136,3	mar/14	108.439,1
12º	mar/98	10.165,5	mar/99	28.929,8	mar/02	91.597,4
13º	mar/07	9.217,6	mar/21	27.590,1	mar/00	82.668,2
14º	mar/97	7.365,8	mar/00	27.482,2	mar/10	80.290,1
15º	mar/02	6.883,1	mar/01	24.905,3	mar/01	79.207,3
16º	mar/14	4.737,7	mar/09	20.532,9	mar/99	48.011,2
17º	mar/21	2.269,2	mar/14	19.469,2	mar/98	16.188,0
18º	mar/15	1.678,2	mar/10	16.889,6	mar/22	-15.456,6
19º	mar/13	-722,5	mar/98	13.787,6	mar/15	-50.058,7
20º	mar/22	-6.304,1	mar/97	5.841,1	mar/20	-106.489,0
21º	mar/10	-9.362,9	mar/15	5.747,8	mar/19	-144.676,1
22º	mar/16	-10.724,8	mar/20	-3.226,8	mar/18	-152.344,9
23º	mar/17	-14.712,0	mar/19	-11.063,7	mar/16	-201.782,5
24º	mar/20	-24.952,7	mar/18	-16.279,9	mar/17	-215.381,7
25º	mar/19	-25.723,5	mar/16	-25.294,2	mar/21	-845.673,5
26º	mar/18	-31.248,2	mar/17	-25.575,0		